

# alicerce



da juventude socialista

Nº 31

— De 04/11/83 a 11/11/83 —

Cr\$ 150,00

Aqui, como na Argentina,

## ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE

**Granada:  
fora ianques!**

**Argentina:  
a derrota do peronismo.**



# Sobre o imperialismo norte-americano



A covarde invasão de Granada pelos EUA e o agravamento das ameaças que pesam sobre Cuba e Nicarágua recolocam, com toda a crueza, o papel do imperialismo ianque, não só na América Central e Caribe como em toda a América Latina e no mundo.

Em meio à sua maior crise desde os anos 30, o imperialismo ianque retoma a política de intervenção direta em seu "quintal", que caracterizou as primeiras décadas deste século. A diferença é que hoje já não se trata de enfrentar os imperialismos europeus (principalmente o inglês) numa disputa de mercado; pelo contrário, esses imperialismos secundários dependem dos EUA, absolutamente hegemônicos, para sua própria sobrevivência.

Esse retorno a uma política de agressão aberta confere ainda maior atualidade às "Teses sobre o Papel do Imperialismo Norte-Americano" aprovadas no Congresso de Fundação da Quarta Internacional, há 45 anos, das quais reproduzimos os principais trechos.

"As principais esferas de atividade do imperialismo norte-americano se dividem entre Europa, Ásia e América Latina; em cada um desses continentes, segue um curso diferente, segundo seus interesses gerais e de acordo com as circunstâncias concretas nas quais se desenvolvem suas relações com outras potências.

Na América Latina, os EUA continuam sendo a força imperialista dominante, a despeito da presença aí de outras nações de rapina, como a Inglaterra, a Alemanha e o Japão. Os EUA apareceram na cena histórica com atraso em relação a países como Portugal, Espanha, Alemanha e Inglaterra; porém, já no início do século XX estavam em condições de superar seus rivais. Seu rápido desenvolvimento industrial e financeiro e sua transformação, durante a Primeira Guerra Mundial, em credores do mundo lhes permitiram estabelecer sua hegemonia sobre o conjunto dos países latino-americanos. Particularmente na América Central e Caribe e no norte da América do Sul, isso significou a redução desses povos à condição de colônias ou semicolônias oprimidas pelo imperialismo ianque e a imposição — freqüentemente pelo uso da força bruta das intervenções armadas — de governos que não passam de fantoches nas mãos dos banqueiros de Wall Street.

Para obter a chamada política de "portas fechadas" na América Latina (fechadas para seus rivais e abertas somente para os EUA), o "democrático" imperialismo ianque conta, nos países latino-americanos, com o apoio das mais ferozes ditaduras militares que, por sua vez, servem de ponta-de-lança da estrutura imperialista e

garantem, sem perturbações, os lucros gigantescos do colosso do norte. O mais ardente defensor das ditaduras latino-americanas é, assim, o próprio imperialismo norte-americano. Essa verdade é particularmente brutal na América Central e Caribe, exatamente os elos mais frágeis dessa cadeia de semicolônias. (...)

Em países como Porto Rico, o imperialismo ianque prevê e suprime os movimentos nacionalistas, direta e impiedosamente, por intermédio de seu governador Winship. (Em 1952 essa intervenção direta e prolongada sobre Porto Rico se transformou em anexação permanente, com sua transformação em Estado associado aos EUA, provedor de mão-de-obra barata, aviltada, para sua indústria. — Nota da Redação). As nascentes e fracas burguesias nacionais dos países latino-americanos, buscando participar em melhores condições do saque imperialista (ou seja, da exploração de seus próprios países), tentam certamente usar para seus próprios fins as rivalidades entre os diversos imperialismos. Porém sua debilidade geral e sua aparição tardia lhes impedem de obter um grau maior de desenvolvimento, que lhes permita algo mais que servir a um amo imperialista contra outro. Não podem lançar uma luta séria contra toda a dominação imperialista e por uma autêntica libertação nacional, por temor de desencadear um movimento massivo dos trabalhadores de seus países, que poderia ameaçar sua própria existência social. (...)

Nesse quadro, os EUA continuam sendo o âmo predominante e agressivo da América Latina, pronto a

proteger seus domínios com o poder das armas, contra todo intento dos povos de libertar-se de sua hegemonia exploradora. (...) Portanto, a luta contra o imperialismo norte-americano é na verdade a luta pela libertação dos povos coloniais e semicoloniais oprimidos. Daí que é inseparável da luta de classe do proletariado norte-americano contra sua própria burguesia dominante. Um aliado indispensável nessa luta é a massa dos negros norte-americanos da indústria e do campo, também ligados por muitos vínculos a outros grupos de negros oprimidos pelo imperialismo ianque no Caribe e na América Central. Assim, os revolucionários estadunidenses têm a obrigação de mobilizar os operários contra o envio de forças militares contra os povos da América Latina, da mesma forma que os partidos da Quarta Internacional, em todo o Hemisfério Ocidental, lutam pela liberdade incondicional e imediata de Porto Rico e de todas as colônias diretas, dependências e protetorados do imperialismo ianque. (...)

Ao mesmo tempo, os membros da Quarta Internacional assinalam que nenhum dos países da América Latina e do Pacífico que se encontram, em maior ou menor grau, nas mãos dos imperialistas norte-americanos, será capaz de libertar-se totalmente da opressão e de obter a sua independência, lutando exclusivamente por seus próprios meios. Só a união dos povos latino-americanos lutando por uma América Latina socialista e unificada, aliada à luta do proletariado revolucionário dos EUA, representaria uma força suficientemente poderosa para derrotar definitivamente o imperialismo norte-americano."

## Assine Alicerce

Nome \_\_\_\_\_  
 Rua \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Para receber Alicerce todas as semanas, durante seis meses, basta preencher o cupom acima e enviar junto com um cheque nominal ou vale postal no valor de Cr\$ 3.600,00 (normal) ou Cr\$ 6.000,00 (solidária). Envie para ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048 - 01323 - S. Paulo - SP.



Alicerce é uma publicação da ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048, Liberdade, São Paulo - CEP 01323 - Fone: 289.1663. Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no 5º Registro de Títulos e Docs. sob o nº 2330, livro A. Composição: Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400. São Paulo. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorúes.

## Encontre e discuta com Alicerce nestes endereços:

Amazonas - Manaus - Av. Constantino Nery, 812 - casa 5 - Centro

Pará - Belém - R. Rui Barbosa, casa 4 - Vila ABC

Maranhão - Imperatriz - R. Benedito Leite, 634 - Centro

Pernambuco

Olinda - Vila Marluce, 44 - Terminal de São Benedito  
 Recife I - R. Álvares de Azevedo, 80 (trav. da R. João de Barros)  
 Recife II - Rua do Giriquiti, 20, apto. 101 - Ed. Argentum

Minas Gerais

Belo Horizonte/Barreiro - R. Hoffman, 5-B (esq. com R. Olinto Meireles)  
 Belo Horizonte/Centro - R. Curitiba, 778 - sala 805  
 Contagem - Av. João César de Oliveira, 3041-B - 2º andar  
 São João Del Rey - R. Mateus Salomé, 22 - sala 3 - Centro

Mato Grosso do Sul

Campo Grande - R. Antonio Maria Coelho, 2301 - casa 5 - Centro

Distrito Federal - Brasília - Edifício Márcia, sala 809 - SCS

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/Centro - Av. Marechal Floriano, 167 - 2º andar  
 Rio de Janeiro/Méier - R. Joaquim Méier, 600  
 Rio de Janeiro/Tijuca - R. Pereira Nunes, 129 - casa 1  
 Niterói - R. XV de Novembro, 106 - sala 4  
 Volta Redonda - Rua 208, nº 207  
 Duque de Caxias - Av. Plínio Casado, 5 - sala 118 - Centro

Rio Grande do Sul

Porto Alegre - R. Oswaldo Aranha, 934 - Bonfim  
 Passo Fundo - R. Independência, 640  
 São Leopoldo - Av. Bento Gonçalves, 1431  
 Santa Maria - R. Dona Luiza, 570 - subsolo

São Paulo

Campinas - R. Barão de Jaguara, 1385 - Centro  
 Santos - Av. Afonso Pena, 418 - sala 22 - Macuco  
 São Carlos - Rua Episcopal, 1983  
 São José dos Campos - Av. Dr. Néilson D'Ávila, 1247 - salas 1 e 2  
 Ribeirão Preto - R. Prudente de Moraes, 791 - Centro

Grande São Paulo

Guarulhos - R. João Gonçalves, 468 - Centro  
 Osasco - R. Dona Primitiva Vianco, 739 - 1º andar - sala 1 - Centro  
 Santo André/Centro - R. Guilherme Marconi, 174 (esq. com R. Sto. André)  
 Santo André/Parque das Nações - Travessa Tebas, 36  
 São Caetano do Sul - R. Paraíba, 467 - Centro  
 Diadema - R. N. Sra. das Vitórias, 200

São Paulo/Capital

Santana - R. Voluntários da Pátria, 1617  
 Freguesia do Ó - Rua Marapinima, 41  
 Lapa - R. 12 de Outubro, 325 - sala 9  
 Liberdade - R. Santa Madalena, 22  
 Santo Amaro - R. Cel. Luiz Barroso, 240  
 Ipiranga - R. Cisplatina, 849  
 Cidade Ademar - Av. Cupecê, 3397 - sala 2



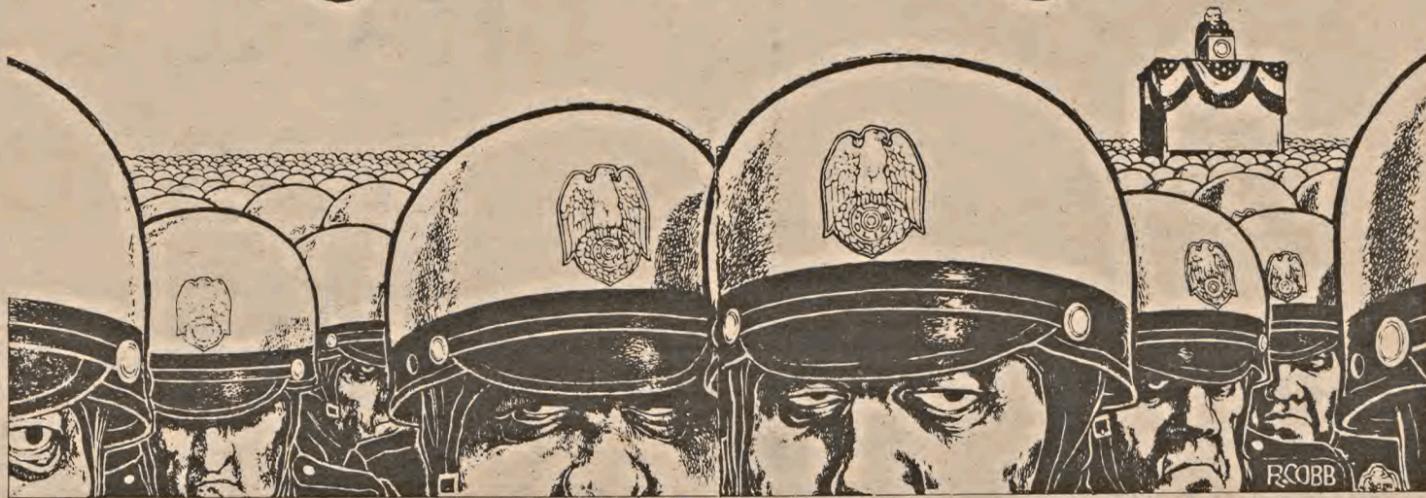
**FESTA**  
 Inauguração da sede de Osasco  
 R. Dona Primitiva Vianco, 739  
 - 1º andar - sala 1  
 Dia 12 de novembro às 20 horas.

O covarde ataque ianque a Granada chocou por seu cinismo e brutalidade. Os EUA lançaram sobre a pequena ilha uma força militar desproporcional, para varrer o governo e esmagar o ascenso da população civil (inclusive com a morte de cerca de 50 pacientes de um hospital para doentes mentais, bombardeado "por engano"). Essa ação lembra os piores momentos da política do *big stick* ("grande porrete"), nas décadas de 20 e 30. Nem sequer na sua última intervenção direta na América Latina, a invasão da República Dominicana em 1965, os EUA agiram com tal descaramento. Naquela ocasião, a agressão foi disfarçada com a cobertura da OEA e o comando da operação foi entregue ao brasileiro Meira Mattos, para evitar maiores desgastes aos imperialistas do Norte.

Numa pequena ilha de reduzida população, um processo revolucionário foi cortado. É a mobilização popular existente que explica a quase incrível resistência oferecida aos invasores. Essa resistência, um verdadeiro vexame para as tropas ianques, foi inicialmente atribuída pelos EUA aos "mais de mil soldados cubanos" — que, entretanto, eram cerca de 600, não eram soldados e estavam todos presos...

Atingindo Granada (e, indiretamente, o Suriname, cujo governo se apressou a cortar relações com Cuba), os EUA visam a impedir a revolução nos países da América Central, a derrotá-la na Nicarágua, a destruí-la em Cuba.

# Granada: Uma revolução afogada em sangue



Essa agressão se tornou possível graças à política traidora do stalinismo, que desde a revolução cubana, em 59-61, em vez de fortalecer e estender os processos revolucionários, sempre procurou isolá-los. A URSS e Cuba opuseram-se à unificação das lutas na Nicarágua, El Salvador, Guatemala. Essa orientação se repete na condenação verbal —

mas apenas verbal — à invasão militar ianque. A atitude de Cuba deveria ser de decidido apoio militar a Granada, ajuda efetiva na resistência à agressão.

É inadmissível a transformação de um país soberano, por pequeno que seja, em nova colônia da metrópole norte-americana. A CUT, o PT, as entidades de classe dos trabalhadores

e estudantes devem encabeçar a mobilização em solidariedade a Granada e repúdio ao ataque imperialista, em manifestações massivas junto à embaixada e consulados ianques, exigindo o fim imediato da intervenção.

**IANQUES FORA DA AMÉRICA CENTRAL E DO CARIBE!**

## Argentina: O INÚTIL "VOTO ÚTIL"

"Se acabou, se acabou, en Argentina se acabou", foi o grito que se ouviu nas recentes manifestações de milhares de pessoas, no Uruguai, destacando o significado das eleições argentinas de domingo passado: o encerramento do ciclo militar. Os generais voltam aos quartéis em meados de dezembro, sem esperar sequer pelo prazo anteriormente fixado (30 de janeiro).

Caem fora os gorilas da Argentina, nestas eleições arrancadas pelo movimento de massas, como caiu a ditadura boliviana, derrubada pela mobilização proletária, como vão cair as do Uruguai e Chile, alvo dos crescentes protestos, e a brasileira, ameaçada pelo ascenso operário e popular. Nesse sentido, as eleições representam uma vitória do movimento de massas, que não deve ser desprezada ou obscurecida.

### Surpresa: um quase-bipartidarismo

Se as últimas pesquisas pré-eleitorais já apontavam para a provável vitória de Alfonsín, inesperada foi a extrema polarização dos votos, não só para presidente, mas também nas eleições para a Câmara dos Deputados. A busca do "voto útil" canalizou para o radicalismo e o justicialismo nada menos que **93% dos votos**, fazendo sumir os outros 11 partidos nacionais e as dezenas de

organizações regionais. Assim, por exemplo, o liberal-desenvolvimentista MID do ex-presidente Frondizi, outrora uma força política, não conseguiu eleger um só deputado. O PC, que não apresentou candidato à Presidência contando com um fortalecimento nas eleições proporcionais, teve que amargar um resultado que mal ultrapassa 1% dos votos.

O avesso da esmagadora vitória do radicalismo é a desmoralizante derrota do peronismo. O radicalismo surgiu na cena política argentina, no começo deste século, como expressão da classe média, claramente anti-operária, caráter que manteve ao longo de sua história recente. **Não foi esse traço que lhe deu a vitória em 30 de outubro.** Pelo contrário: o fator decisivo foi o voto operário e popular que se deslocou do peronismo para o radicalismo.

### A derrocada do peronismo

Alfonsín ganhou porque explorou, em sua campanha eleitoral, o comprometimento dos dirigentes peronistas (como Herminio Iglesias e Lorenzo Miguel) com o aparato militar repressor: sua vinculação ao grupo de extrema-direita "Triple A", surgido no governo de Isabel Perón; seu endosso às ações mais brutais do ditador Videla e seus sucessores; sua participação nos meandros escusos da corrupção e do crime organizado.

Com essa primeira grande derrota eleitoral, fecha-se um ciclo de 40 anos de hegemonia do peronismo sobre o movimento de massas. O peronismo perdeu nos seus bastiões considerados inexpugnáveis, redutos dos caciques sindicais — como os bairros operários de Lanús e Avellaneda, na Grande Buenos Aires — e só manteve a maioria nas regiões mais atrasadas do interior (o que deve lhe garantir uma apertada maioria no Senado). Esse resultado precipita a crise interna do partido e acelera o processo de decomposição da burocracia sindical, que já não conseguia conter as lutas operárias.

### Maior a altura, maior o tombo...

A rejeição aos pelegos e traidores peronistas expressou-se de forma distorcida no voto massivo ao radicalismo, que não por acaso conta também com grande adesão da juventude. Alfonsín sobe ao governo com o respaldo da maioria absoluta do eleitorado e o apoio declarado do Justicialismo. Já na segunda-feira, quando Luder foi cumprimentar Alfonsín, vencido e vencedor se comprometeram publicamente a "consolidar a união nacional e fortalecer o pólo institucional da República".

Entretanto, **o governo radical não vai corresponder às esperanças** nele depositadas. As primeiras declarações do presidente eleito foram no sentido de dismantelar o aparelho repressor, redemocratizar os sindicatos, assumir uma posição de força na questão da dívida externa. Ele sabe que para isso foi escolhido. Mas sua fidelidade aos planos econômicos ditados pelo imperialismo, como o pagamento da dívida, leva a uma rota de colisão com o movimento de massas.

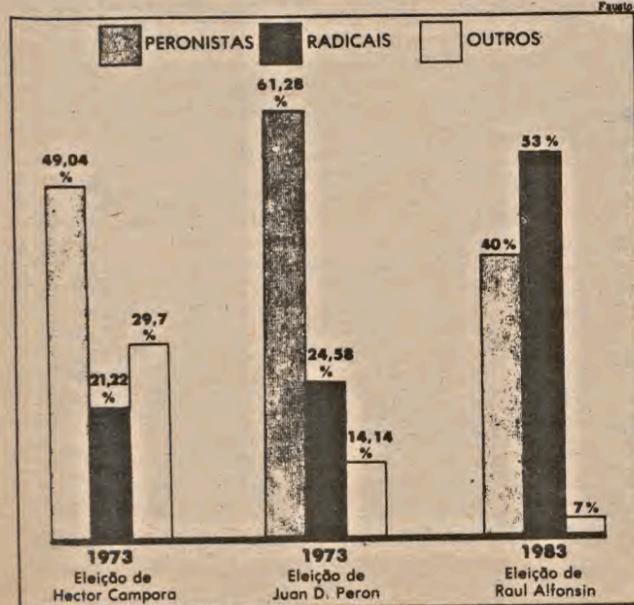
Todos nós percebemos, não só nas pesquisas mas no dia-a-dia, a frustração dos eleitores brasileiros com "seus" governos de "oposição". Mas as promessas de Montoro, Tancredo & Cia. não são nada perto das de Alfonsín em sua campanha. O tombo vai ser grande, e não vai ser na arena eleitoral.

### MAS: no terreno da luta de classes

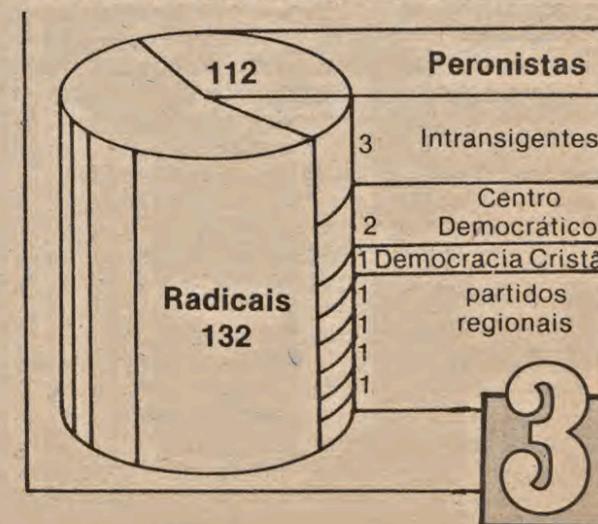
Como todos os partidos, o MAS também foi atingido pela extrema polarização, reduzindo-se aos votos de seus militantes e simpatizantes mais próximos (cerca de 60 mil). Entretanto, julgamos que sua participação na campanha eleitoral foi um acerto.

Em vez de se diluir na disputa eleitoral, o MAS difundiu amplamente seu programa e sua política. Uma posição claramente anti-imperialista e operária, uma proposta de organização e luta, foi levada ao conjunto dos trabalhadores argentinos, e se expressa no fato de o MAS ter sido o terceiro partido mais votado em algumas zonas operárias.

O MAS denunciou as propostas (tão iguais) dos dois "grandes", e afirmou que nem Alfonsín nem Luder iriam cumprir suas promessas. Agora, pode cobrar.



### CÂMARA DOS DEPUTADOS



2065

## A OPOSIÇÃO AO LADO DO ARROCHO

Em poucos dias, o desespero e a perplexidade do governo diante da inviabilidade de acertar os ponteiros com o FMI (mantendo a aplicação da política salarial condicionada por decretos de curta vida, sempre rechaçados no Congresso Nacional), transformaram-se em otimismo declarado e em sorrisos descontraídos diante da praticamente certa aprovação do 2065.

Para essa mudança no humor da ditadura foram necessários significativos avanços nas negociações com a dissidência do PDS e com os partidos burgueses de oposição, confirmando nossa caracterização de que a decretação do espantoso 2064 não passou de manobra do governo para chegar a um acordo com esses setores sobre o texto de um decreto menos ruim (ver Alicerce nº 30). O certo é que a ditadura tem hoje o PDS inteiro definido pela aprovação do novo decreto de arrocho, através do artifício do fechamento de questão (que obriga todos os parlamentares do partido a votarem na posição definida pela bancada e a estarem presentes à votação, sob pena de perda do mandato) e conta com o apoio certo do PTB, que irá lhe garantir os 5 votos necessários à obtenção da maioria parlamentar. Essa é a maior vitória obtida pelo governo nas rodadas de negociações dirigidas pelo chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. Mas, seguramente os sucessos da ditadura não param aí. O PDT e o PMDB até aqui dizem que não têm posição definida sobre o 2065, mas, significativamente, se recusam a fechar questão contra a aprovação desse decreto, abrindo margem não só para votos favoráveis de membros de suas bancadas, como para convenientes faltas de parlamentares na sessão de votação, marcada para o dia 8. É importante lembrar que, durante a efêmera vida do decreto anterior, o governador de São Paulo, Franco Montoro, observou que "sem uma verdadeira negociação do decreto 2064, estamos caminhando para o confronto, o que deve ser evitado" (*Folha de São Paulo*, 26/10), enquanto Tancredo Neves afirmava que este decreto possuía alguns pontos decididamente positivos, como o aumento das alíquotas do ICM de 16 para 18% (*O Estado de São Paulo*, 25/10). Ocorre que para evitar o "confronto", os partidos burgueses de oposição, que têm de conjunto maioria no Congresso, não hesitam em permitir a aprovação de modo velado ou aberto (o resultado é o mesmo) de um decreto que na prática é pior do que o 2024, que rejeitaram em setembro. Associado ao expurgo do INPC, o 2065, mesmo para os trabalhadores que recebem até 3 salários mínimos, significará perdas reais em torno de 20% ao ano, significando, na verdade, reajustes de 80% do INPC (nos últimos 12 meses, por exemplo, o INPC expurgado ficou em 142,24%, o que representa aproximadamente 80% do Índice Geral de Preços — sem expurgo — que foi no mesmo período de 174,9%). Assim, esse decreto é não só igual ao 2045, como bem pior que o 2024. Além disso, ele mantém o brutal arrocho adicional sobre a classe trabalhadora representado pela elevação dos impostos e pelo arrocho indireto que decorrerá da elevação das alíquotas do ICM (na verdade, uma concessão da ditadura aos governos estaduais e municipais, que terão mais dinheiro em caixa, sendo que para nós isso significará violento aumento nos preços).

Por aí vemos que os partidos burgueses de oposição negociam com a ditadura a intensidade da nossa fome. Se o 2065 for realmente aprovado com a participação direta ou com a omissão de suas bancadas, definitivamente o PMDB, o PDT, e o PTB terão sido elevados à condições de co-responsáveis pela aplicação do arrocho, papel que seus governos estaduais de há muito já vêm executando.

# FIGUEIREDO CONSEGUIU: EMPURROU O BRASIL LADEIRA ABAIXO

**Um dívida externa real de 110 bilhões de dólares; sucessivos decretos de arrocho, associados a um INPC falsificado responsável pela nossa fome e pelo nosso desespero; uma inflação de 200% ao ano; obras faraônicas transformadas em sucata, a aumentar ainda mais a dívida externa; medidas de emergência fascistas em Brasília, repressão e violência brutais contra os trabalhadores; escândalos e corrupção aberta em todos os escalões do poder: esse é o quadro do abismo no qual este governo e 20 anos de ditadura militar, a serviço do imperialismo, lançaram o país. Em resposta desesperada a isto, os ensaios de levantes, os saques quebras de trens e estações inteiras em São Paulo e no país, demonstram não só a necessidade, como também a potencialidade da greve geral contra os planos de fome, contra a ditadura e o FMI. Só a greve geral, organizada e dirigida pela CUT, poderá canalizar toda a revolta e todas as explosões espontâneas da população faminta num único e poderoso movimento pelo fim imediato desse governo e desse regime odiosos. Contra a greve geral e para manter o arrocho e salvar a ditadura dos patrões, os partidos que os representam, os governos de oposição e os militares buscam superar suas próprias divisões e estabelecer um grande acordo nacional anti-operário e pró-imperialista. A luta de classes hoje está marcada pela oposição: greve geral ou conciliação nacional, ou seja, fim da ditadura e rompimento com o imperialismo ou continuidade do regime militar e da fome. A responsabilidade por essa opção cai nas direções da CUT e do PT, objetivamente as únicas organizações trabalhadores que podem chamar e organizar a Greve Geral. A questão está colocada.**

MEDIDAS  
DE EMERGÊNCIA:

## Os gorilas em Brasília

É fato que a decretação das medidas de emergência em Brasília representam um passo antecipadamente planejado pela ditadura militar para manter sua pressão sobre o parlamento para, literalmente, funcionar como um tacão a serviço da consumação de seus acordos de arrocho. Mas esse tacão representa uma ameaça direta para o conjunto dos trabalhadores e setores democráticos do país. Estes não podem, sob hipótese alguma, aceitar a permanência de uma medida fascista que permite a busca e apreensão a domicílios, a suspensão do direito de reunião e associação, a intervenção em entidades de classe, a detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns. Durante os quebras de Ermelino Matarazzo e do Jaraguá e os últimos saques, ocorridos em São Paulo, correu o boato de que estas medidas seriam também decretadas nesta capital. Essas ameaças e esse tacão são intoleráveis. Contra medidas desse tipo de pouco valem os discursos nas salas carpetadas do próprio parlamento. Há necessidade de mobilizar contra elas.

Nós, de Alicerce, que defendemos junto à direção da CUT a marcação da data da Greve Geral ainda para este ano, entendemos que a manutenção dessas medidas representam uma razão a mais para pararmos esse país, exigindo sua suspensão, incorporando essa exigência às reivindicações da Greve. E em todo o país, a tarefa colocada para a CUT, para o PT e para todos os partidos e setores democráticos que repudiam mais esta arbitrariedade, é mobilizar pela sua suspensão definitiva.

## FMI: Não pag

O fechamento de um novo empréstimo "jumbo" de 6,5 bilhões de dólares, a rolagem automática das parcelas da dívida externa que vencem em 84, da ordem de 5,5 bilhões de dólares, e a manutenção dos créditos comerciais e bancários, mais 16 bilhões de dólares, num total de 28 bilhões (em suma, a conclusão do novo acordo com o FMI), estão a depender de um só ponto: a aprovação no Congresso do decreto-lei 2065, ainda em novembro. Ou seja, para manter o atual círculo vicioso em que se transformou a colossal dívida externa brasileira (tomada incessante de empréstimos para pagar empréstimos e juros), a exigência básica do FMI é arrocho salarial e fome, através da mais brutal recessão já vivida pelo país. Do ponto de vista dos agiotes internacionais, tudo é bastante simples: para pagar a dívida externa que já ronda a casa dos 100 bilhões de dólares, o FMI exige que o país importe menos. Isto quer dizer simplesmente que, para mandar mais dinheiro para o Fundo e para os bancos imperialistas, o Brasil deixa de comprar os insumos industriais necessários à produção interna. O resultado é o que vemos: só no parque industrial paulista, o maior do país, a produção e o nível de empregos retrocederam aos índices de 1973. Como o número de trabalhadores e a capacidade de produção se multiplicaram de lá para cá, isso significa hoje um desemprego espantoso e a transformação do parque industrial em sucata inútil. O paradoxo não poderia ser maior: do lado de fora das fábricas, 7 milhões de desempregados e do lado de dentro, máquinas produzindo até 70% abaixo de sua capacidade. O resultado direto disso é o achatamento dos salários (institucionalizados pelos decretos da ditadura) e a elevação dos preços, fazendo recair sobre a classe trabalhadora todo o peso do pagamento dessa dívida absurda. A ditadura diz que contém os salários para frear a inflação, numa mentira que não se aguenta em pé diante de uma inflação de 200% ao ano, com um brutal arrocho que vem desde janeiro, com o decreto

## E se rompermos com o FMI?

Alicerce e o CONCLAT propõem romper com o FMI. O que aconteceria ao país se buscássemos a alternativa da ruptura com o imperialismo e com sua dívida fraudada?

— O Brasil é um dos países de maior produção agrícola do mundo. Hoje estamos submetidos ao contra-senso de que a maioria dessa produção é destinada à exportação para aumentar a balança comercial, conforme exigência do FMI. Em troca — suprema estupidez! — o país se vê forçado a importar produtos (como o milho) que plantamos aqui e pelo qual pagamos 4 ou 5 vezes mais. Livres dessas imposições absurdas, poderemos garantir ao povo trabalhador a alimentação suficiente a uma existência digna. Além disso, o país tem imensas riquezas minerais, marítimas, altos fornos, que podem satisfazer às nossas necessidades se estiverem voltados para esse fim;

— No caso dos EUA romperem relações econômicas conosco, poderemos ter a URSS como parceiro comercial (a URSS é, por exemplo, o principal parceiro da Argentina). Com ela poderemos trocar produtos agrícolas, como a soja, por insumos industriais e máquinas que necessitamos importar;

— Poremos a funcionar toda a indústria, a plena capacidade, em vastos planos de construção de casas populares, de sistemas de transportes, etc. Haverá trabalho para todos;

— Livres da dívida, poderemos pagar à vista os produtos que importarmos. Importaremos petróleo da Venezuela, do México, estreitaremos os vínculos comerciais com todos os países devedores. Para isso, chamaremos a uma frente de países devedores, em especial às nações da América Latina, para suprimirmos, em cooperação mútua, nossas necessidades.

— Essas medidas só serão possíveis se, dentro do país, expropriarmos os monopólios imperialistas e os grandes bancos, colocando-os sob controle operário.

## Angra I e II reduzidos a...

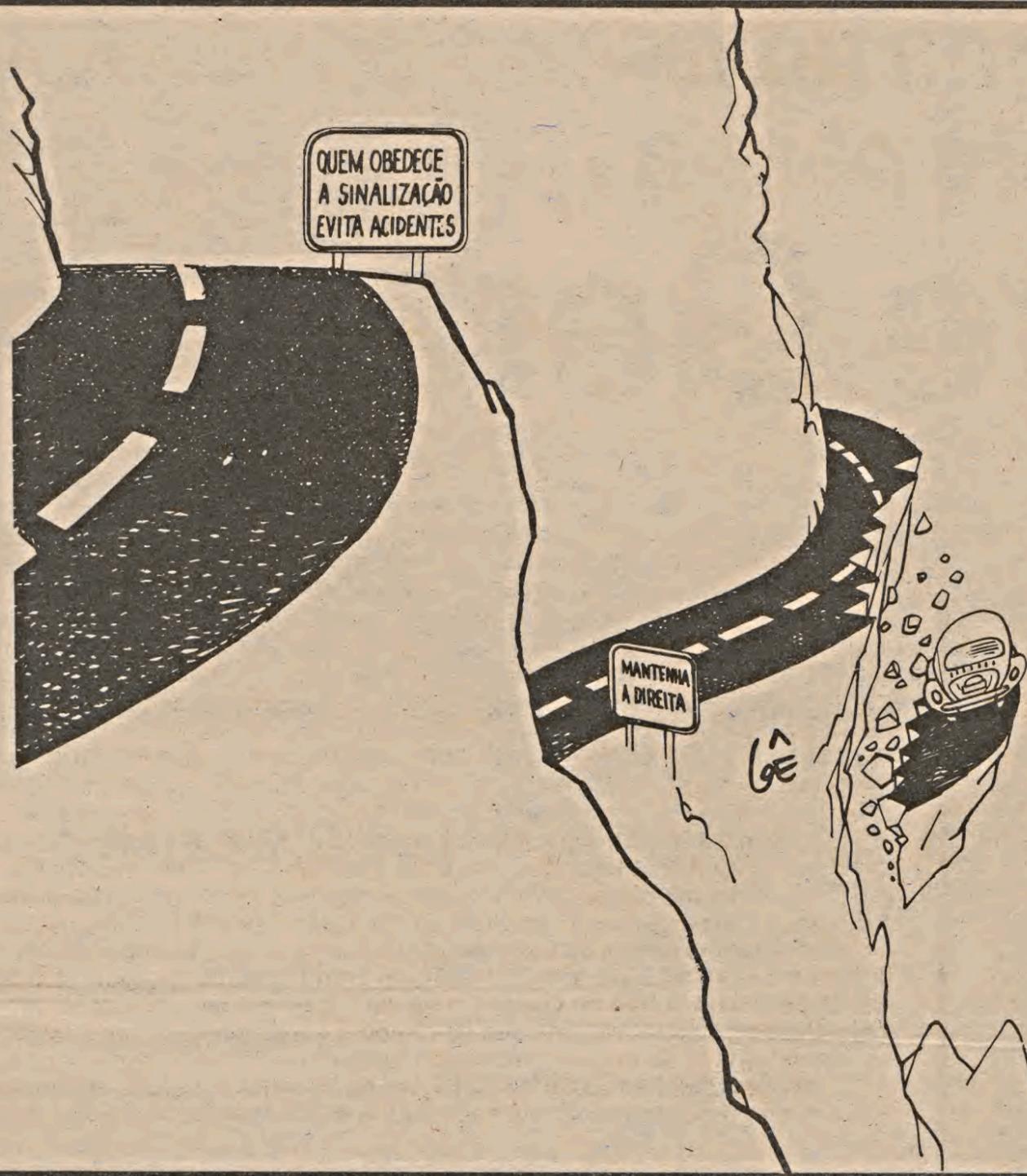
## Lixo atômico a preço de ouro

Angra II está enferrujando. Angra I dá problemas de vazamento e opera apenas com 20% da sua capacidade. A fábrica de componentes pesados (principalmente reatores), a Nuclep, está sem encomendas para os dois próximos anos e tem prejuízo acumulado de 98 milhões de dólares.

O programa nuclear está atrasado em 3 anos; isto significa um custo adicional ao projeto original de US\$ 3 bilhões. Todo o conhecimento tecnológico tende a se perder pela dispensa de técnicos e engenheiros. Se o programa for definitivamente interrompido "não teremos capacitação industrial, tecnológica e gerencial para enfrentarmos dificuldades no futuro e não conseguiremos refazer esse trabalho em menos de 20 anos" sentenciou Carlos Sylvos Pinto Martins, um dos principais responsáveis pelo programa nuclear (ESP, 19/10/83).

Em outras palavras, o programa nuclear brasileiro está à beira do colapso e todos os seus gastos estão engrossando a dívida externa que os generais estão querendo que nós paguemos. Na época dos famosos acordos nucleares firmados, no governo Giesel, entre o Brasil e Alemanha, não fomos contra a idéia de o país se armar de tecnologia nuclear para explorá-la pacificamente. Uma coisa é ter a idéia de adquirir tecnologia, outra é o fato de que para adquiri-la aumentaria a exploração do trabalhador brasileiro e a dívida externa. A isso fomos e somos contra. Adquirir tecnologia nuclear naquela época, como hoje, não era, para os trabalhadores, essencial e nem primordial. Soma-se a isto o simples fato de que o Brasil não precisa da energia elétrica produzida por Angra, na medida em que a produzida pelas usinas hidrelétricas já é superior às necessidades. Ou seja, mesmo que Angra I e II funcionassem, não seriam necessárias.

O resultado de tudo isso hoje é claro: a dívida externa aumenta pelos atrasos do programa nuclear, o desenvolvimento tecnológico adquirido está para se perder, não existe nenhum aproveitamento econômico das usinas e, por fim, quem paga toda esta brincadeira somos nós.



## Ar para poder comer

2012. Na verdade, esse arrocho é uma determinação do FMI para pagar uma dívida que, ao final das contas é impagável e que cresce como bola de neve. O país tem hoje um atraso no pagamento das parcelas dessa dívida na ordem de 2 bilhões de dólares, sendo que em 82, só de juros, foram pagos 11,3 bilhões. Se somarmos essa importância às amortizações (pagamentos de parcelas reais da dívida em 82), teremos um total de 19,4 bilhões de dólares pagos no ano passado, ou seja, 96,8% do total que o país obteve com as suas exportações. Não há um só país no mundo que possa pagar essa cifra em um ano sem cair no abismo da fome e da miséria absoluta para a sua classe trabalhadora. A esta terrível extração de riquezas se somam os espantosos lucros encaminhados ao exterior pelos monopólios imperialistas e pela oligarquia financeira, os principais beneficiários da crise.

**Não pagar essa dívida e comer: essa é a saída.**

O fato é que ao se aproximar da data-limite para o fechamento do novo acordo com o FMI, que perpetuará essa situação intolerável (final de novembro) todas as oposições burguesas, que até bem pouco tempo falavam em moratória negociada ou unilateral, se unem num único coro, apregoando como pássaros de mau agouro, que o país irá ao desastre se não concluirmos essas negociações com o FMI e não garantimos o pagamento desta dívida. Para atingir esse fim, toda a fome, todo o desespero dos trabalhadores são plenamente justificáveis, segundo esses senhores. O governador de Minas, pelo PMDB, Tancredo Neves, por exemplo, afirmou que "a essa altura não adianta indagar se o Fundo está exigindo demais, se está impondo humilhações ao Brasil, porque muito pior será rompermos os entendimentos" (ESP, 25/10/83). Os entendimentos a que se refere Tancredo são as

negociações que a ditadura faz hoje com o Fundo para alongar os prazos de pagamento do principal da dívida e os juros e que têm como contrapartida, além da exigência de aprovação do 2065, outras como o golpe nas conquistas dos trabalhadores das estatais, para as quais já há decreto substitutivo ao 2036, a liberação total da remessa de lucros ao exterior das empresas imperialistas e a abertura à penetração das multinacionais no setor de informática, particularmente na produção de mini e micro-computadores, hoje sob reserva de mercado para a produção nacional.

Para Tancredo, Montoro, o PMDB, o PDT e o PTB enfim, a realização a um bom termo das negociações da ditadura com o imperialismo é tão fundamental que se dispõem hoje, cada um à seu modo, a ajudar na aprovação do decreto-lei de arrocho 2065 (ver matéria nesta página) e buscam estender o seu pacto com o regime ao ponto de buscarem conjuntamente com ele, uma saída de governo, após Figueiredo, com autoridade e respaldo suficientes para continuar aplicando (e bem) as fórmulas do imperialismo.

Alicerce denuncia este acordo que tem na aceitação das chantagens do FMI e no reconhecimento dessa dívida fraudada sua base inicial.

Ao contrário do que dizem os Tancredos, os Setúbal, os Vidigal, romper com o FMI e não pagar a dívida externa é a única alternativa para comeremos (só os US\$ 19 bilhões pagos no ano passado dariam para garantir 420 milhões de cestas alimentares, individuais básicas mensais) para reativar a produção, para acabar com o desemprego, para elevar os salários e para obtermos os recursos necessários à educação, saúde e habitação.



# Uma nova data para a Greve Geral

E agora? Passado o dia 25/10 e suspensão pela direção da CUT a Greve Geral marcada pelo CONCLAT, o que vamos fazer?

Os partidos dos patrões (PMDB, PTB, PDT, PDS) já deram a sua resposta. Querem que o diálogo com a ditadura, a negociação parlamentar substitua a luta. Negociaram o 2065, um decreto de arrocho salarial, em traição aberta às suas promessas eleitorais. O PTB vai apoiá-lo, o PMDB e o PDT vão evitar fechar questão contra, abrindo a possibilidade de que os seus deputados ligados aos governos estaduais de "oposição"

apoiem as medidas. Querem alcançar as eleições diretas para presidente através de um acordo com o governo, se sujeitando a apoiar para isto o arrocho salarial. O PT se manifestou disposto a entrar no diálogo, colocando "condições" para isto, e ao mesmo tempo se manifestou contra o 2065, numa posição que fica ao meio termo, sem armar uma resposta real ao "diálogo" e ao arrocho.

O governo, com esta trégua dada pelo diálogo, busca tempo e condições para tentar sair da sua crise. A suspensão da

Greve do dia 25, retirou aos trabalhadores a maneira de responder ao conjunto dos problemas colocados no país e assim acabou por deixar sem resposta o arrocho e o diálogo, permitindo o conchavo promovido pelo PTB, PMDB, PDT e pelos pelegos. O CONCLAT marcou a greve com o seu eixo centrado na negociação do arrocho salarial (e não só do 2045, mas de todos os decretos de arrocho). E não ficava aí o programa da Greve. Esta reivindicava também o não pagamento da dívida externa, a única resposta de fundo à exploração do FMI.

Exigia ainda eleições diretas para presidente, como alternativa política para a situação atual, rechaçando o diálogo com o governo em troca do arrocho salarial. A Greve marcada pelo CONCLAT é a alternativa real para os trabalhadores e não o diálogo proposto pela ditadura. A direção da CUT, em sua reunião de 12 a 13 de novembro, deverá marcar imediatamente uma nova data para a Greve, ainda este ano.

Todos os comandos de base e os comandos regionais que se organizaram para a Greve devem se manter. Eles foram o saldo positivo de todo o período pós CONCLAT, e são a maior garantia para a organização da nova Greve. De uma forma ou de outra, estes comandos deverão se manter. Mesmo que não seja marcada uma nova greve, já surgem iniciativas que podem e devem manter ativos estes comandos. Devem se lançar no apoio às mobilizações locais, ao apoio das chapas de oposição sindical contra os pelegos, por exemplo. Estas são as tarefas que já começam a ser encaminhadas por alguns comandos. Além destas mobilizações é necessário implantar a CUT nas regiões, e por isso já começou a ser discutida a realização de encontros regionais da CUT promovidos por iniciativa destes comandos.

A luta pela Greve Geral e a construção da CUT não se encerraram no dia 25. É necessário retomar a iniciativa. A energia das massas não pode se esvaír em conflitos como os quebra-quebras e os saques. É necessário organizá-la contra a ditadura, na preparação de Greve Geral e na construção da CUT.

## Eleições Diretas O Brasil vai votar prá presidente?

Eleições diretas para presidente. A discussão tomou conta de todos os jornais, a partir do agravamento da crise do governo e das eleições argentinas. A idéia de não ter mais como presidente o general de plantão, de não ter de aturar um sujeito qualquer que suponha que a vida é um quartel e que pode ditar ordens a quem quer que seja, mesmo que sejam tão imbecis como a invasão da OAB, estas idéias começam a se associar às eleições diretas.

Uh, lá lá! Não ter que aceitar um bando de corruptos, de vendidos por comissões de milhões de dólares, como Delfim, a dirigir o país de acordo com os ditames do FMI. Eleições diretas significa poder votar pela primeira vez em 20 anos para a presidência da república e a muitos esta idéia se iguala a derrubar a ditadura, e ao fim da política econômica atual.

Frente à crise em que se meteu, o general Figueiredo começou a baralhar a idéia de negociar as eleições diretas com a oposição, em troca da sustentação da política econômica atual e do próprio regime, ainda que disfarçado com uma nova máscara. A crise é tamanha, atingiu um tal nível a destruição do país que o general presidente não tem outra alternativa a não ser buscar um acordo pelo qual perca os anéis — e alguns dedos também, talvez — para salvar ao menos as suas mãos. Para sua alegria, para a tranqüilidade de seu coração sofrido, a oposição mais do que depressa saiu em

seu auxílio.

Eleições diretas para a presidência da república. Nós defendemos com todas as energias esta proposta, que faz parte do nosso programa e do programa da CUT. Mas existem dois meios para obtermos as eleições diretas. Um é o proposto pelos "partidos de oposição", ocorrendo ao chamado do general presidente. Outro é a proposta do CONCLAT. Um é do conchavo com o governo, outro é o das lutas e o da Greve Geral.

O das oposições burguesas é o do diálogo. O dos pelegos da "CONCLAT-83" da Praia Grande, a ser realizado neste fim de semana também. Ou seja, evitando as radicalizações, buscar "isolar a ultra direita" do regime, buscar um acordo com Figueiredo para chegar lá. Este diálogo, significa acertar já, agora, o decreto-lei 2065, um decreto de arrocho salarial. Significa manter a mesma política econômica para os trabalhadores de acordo com o FMI.

O diálogo, significa também "buscar o possível", aceitando as limitações que Figueiredo imporá às eleições. Assim, já se discute um "mandato tampão" de mais 2 anos para Figueiredo ou o parlamentarismo, ou a limitação dos candidatos para que alguns não possam concorrer, etc. Por trás disto está, na verdade, a manutenção dos militares como poder decisório e limitador independentemente de qualquer

eleição, e, por aí, sustentação do regime.

A posição do CONCLAT foi radicalmente distinta. A decisão que nele tomamos não foi a de negociar os salários e a permanência dos militares em troca das eleições diretas, por um acordo com a ditadura. Foi a de marcar uma Greve Geral contra o governo, cujo programa além de recusar o arrocho salarial, exige o fim do regime militar, chamando eleições diretas. A Greve Geral é a alternativa real para se conseguir estas eleições e para que realmente mude alguma coisa com elas.

Os partidos de oposição têm a palavra, e os trabalhadores estarão atentos às suas atitudes. Votando, ou "amaciando" para que seja aprovado o decreto 2065, já estarão traindo as suas promessas eleitorais e se tornando co-responsáveis pelo arrocho salarial, assim como os pelegos da Praia Grande em seu "CONCLAT". O CONCLAT já fez o seu chamado a todas as forças para que todos se engajem na luta pela Greve Geral. A delegação da CUT que vai agora para a Praia Grande deve retomar esse chamado à Greve. Todas as forças de oposição deste país, que se dizem favoráveis às eleições diretas, devem se lançar em uma campanha nacional de mobilização por elas. Podemos conquistá-las, pelo descrédito e pela crise do governo, sem ter que entregar ao próprio governo, em troca, não só as nossas mãos, mas também a nossa miséria.

### Praia Grande

## O CONCLAT DO DIÁLOGO

Neste fim de semana, a 4, 5 e 6 de novembro, vai se reunir na Praia Grande, em São Paulo, o congresso sindical divisionista dos pelegos, que se intitulou "CONCLAT-83", para disfarçar e confundir as bases do movimento sindical. Como todos se recordam os pelegos dividiram o movimento sindical, não comparecendo ao verdadeiro

"CONCLAT-83", realizado em São Bernardo em agosto passado.

As propostas da comissão organizadora (formada por pelegos e stalinistas) publicadas pelo jornal *Voz da Unidade*, confirmam os verdadeiros motivos pelos quais os pelegos rechaçaram o CONCLAT de São Bernardo. Os pelegos afirmam que "agora não é hora da CUT" e por isso propõem um "Conselho Nacional da Classe Trabalhadora".

Ao contrário também do CONCLAT de São Bernardo, que apontava o rumo para a Greve Geral, os pelegos propõem uma alternativa parlamentar. A principal proposta para os trabalhadores é a discussão de projetos de lei a serem enviados ao parlamento. Por mais incrível que possa parecer, os pelegos propõem isto como o principal tema das

assembléias sindicais, de Conferências Estaduais e de uma Conferência Nacional em novembro de 84, subordinando completamente o movimento de massas ao Congresso.

Os pelegos rejeitam a CUT, e propõem, na verdade, a reedição das "Unidades Sindicais", para evitar entrar em confronto com o governo e a burguesia.

Como afirma Ivan Pinheiro, stalinista e membro da Comissão Organizadora, a CUT "para ser legalizada, primeiro tem que se legitimar, o que passa pelo reconhecimento da sociedade... e fundamentalmente, pelo enraizamento nos estados..." Pela linguagem stalinista, "reconhecimento da sociedade" significa aceitação da burguesia e do governo.

A negação da Greve Geral e sua substituição pela luta parlamentar, tem o objetivo de subordinar o movimento aos conchavos que se fazem no Congresso. Os trabalhadores já sentem hoje que não conseguirão nada através do Congresso, que a derrubada de um decreto é seguido da edição de um novo. No máximo o que se pode conseguir é um conchavo, como o atual em torno do 2065, com o apoio dos stalinistas e dos pelegos, aceitando um decreto de arrocho salarial.

O CONCLAT de São Bernardo foi o CONCLAT da CUT e da Greve Geral. Este da Praia Grande é o do acordo, do diálogo com o governo. Este CONCLAT tenta se colocar como uma alternativa à CUT, e como

divisionista e pelego, deve ser combatido por todos os ativistas comprometidos com a luta contra a ditadura. Nas assembléias dos sindicatos convocados para discutir a participação neste Congresso, o repúdio a esta manobra, e a reivindicação da CUT deve ser a nossa resposta. Fica claro agora a manobra de todos os que estão a serviço dos pelegos, como os militantes do jornal *Tribuna da Luta Operária*, que no início se diziam "equidistantes", "contra a divisão" e agora se lançam com tudo para defender o CONCLAT pelego.

A CONCLAT da Praia Grande já poderia estar praticamente destruída, se por acaso a resolução do CONCLAT de São Bernardo de uma Greve Geral para o dia 25/10 tivesse se efetivado e não fôsse suspensa pela direção da CUT. A suspensão da greve deu uma sobrevida aos pelegos que agora criticam a "inconseqüência" da CUT. Não lançar a greve a 25/10 significa a não afirmação clara e indiscutível da CUT como a direção do movimento de massas no Brasil. Este é, no entanto, o papel da CUT e para aí apontaram as resoluções do CONCLAT de São Bernardo, que a direção da CUT deve retomar marcando uma nova data para a Greve Geral ainda neste ano. A delegação da direção da CUT que estará presente na CONCLAT pelega deve convocar os setores aí presentes para a Greve Geral. Não esperamos que este CONCLAT pelega aceite, mas é mais uma forma de também alcançar a sua base, que deve ser aglutinada para a Greve Geral.



# Marginalidade e Repressão Policial

## AS BALAS A SERVIÇO DA PROPRIEDADE PRIVADA

De dois meses para cá, a discussão sobre a criminalidade e o papel de polícia ganhou força através de alguns fatos significativos. A segunda onda de saques a mercados da periferia de São Paulo, iniciada em agosto, levou os comerciantes a desenvolverem uma ampla campanha em defesa de suas propriedades. O resultado foi uma verdadeira "corrida armamentista", com funcionários e parentes dos donos, armados, postando-se dentro e fora dos supermercados com o intuito de defendê-los. Esta atitude abriu espaço para que centenas de comerciantes de Pedreira, bairro da zona sul, realizassem há três semanas um ato público exigindo maior proteção da polícia. A polícia, por sua vez, entrou em setembro em greve branca (só agiam conforme a lei!) em resposta a um processo aberto por um procurador do Estado, que acusou cinco delegados por abuso de autoridade. A soma destes fatos conjuntamente com a pressão de comerciantes e da burguesia levaram o governador Montoro, no dia 31, a fazer um pronunciamento pela televisão declarando guerra ao crime, anunciando o reequipamento da polícia e também a substituição do chefe da polícia Maurício H. Guimarães por Vidal Fernandes, homem ligado ao todo poderoso chefe da PF, Romeu Tuma. No mesmo dia da fala de Montoro, causou grande impacto a morte, tipo execução, de uma jovem e sua filha, quando o banco em que se encontravam foi assaltado por 7 marginais, em São Caetano do Sul. Os crimes agora são mais violentos e a população exige uma resposta, uma solução.

No seu pronunciamento pela televisão, Franco Montoro ressaltou que, apesar das mudanças, "o crime não vai acabar amanhã. Trata-se de um fenômeno que atinge todos os grandes centros urbanos do Brasil e do mundo". É verdade, só que meia verdade. O governador ocultou que este "fenômeno" é típico, característico e inerente do "mundo ocidental, cristão" e capitalista. Nos estados operários, apesar de toda a repressão ao movimento operário, o índice de criminalidade é quase nulo, pois as condições de vida são, em média, muito superiores às dos trabalhadores sob o domínio capitalista. O capitalismo, através do desemprego, da fome, da miséria, da corrupção governamental, da falta de moradias, tira as condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores. Quando se

chega neste ponto, todo um setor miserável da população se embrutece chegando a se descaracterizar como seres humanos, aceitando a destruição imposta pelo capitalismo. Esta destruição coloca esses indivíduos para fora inclusive da sua classe social, a classe trabalhadora, tornando-os desclassados, lumpens, ou seja, *rompidos com toda a sociedade* (inclusive com o proletariado). Eles deixam de ser seres sociais para se tornarem máquinas de matar para viver. Diferentemente do que muitos pensam, os lumpens não se aliam ao proletariado quando este inicia sua revolução, mas, ao contrário, passam para o lado que pague mais por seus serviços (no caso a burguesia), porque para eles a sociedade como um todo é seu inimigo.

Enquanto a miséria continuar a aumentar, No Brasil, os índices de criminalidade

igualmente aumentarão. Só o fim do capitalismo nos libertará dessa situação.

Com o aumento dos saques e, principalmente, dos roubos de bancos, a burguesia e os médios e pequenos comerciantes iniciaram um movimento, reivindicando de Montoro uma ação policial mais "ativa". O objetivo da burguesia em relação à polícia ficou bem claro nas palavras de Abraham Szajman, presidente da Federação do Comércio, "para nós, é muito mais importante a segurança da comunidade paulistana e depois sim preservação dos direitos humanos". Falou para não deixar dúvidas. A polícia deve cuidar, antes de tudo, da propriedade privada. A "defesa da comunidade paulistana" significa proteger a propriedade privada da burguesia. Mas quando a ação da polícia é insuficiente, devido à profunda crise social, a própria burguesia se organiza para defender-se. É

por isso que os comerciantes da periferia começaram a se armar, criando embriões de organizações para-militares de caráter fascista, contando para isso do incentivo das próprias autoridades.

Os saques são um produto da ação espontânea das massas para encherem as suas panelas vazias, portanto bem diferentes dos assaltos e roubos a que estes comerciantes estão sujeitos. Mas se o papel da polícia é o de garantir a propriedade privada, por que a burguesia ainda se acha insatisfeita com a sua atuação? Acaso a "nossa" polícia começou a defender os trabalhadores contra a exploração burguesa? Os fatos dizem ao contrário. O governo Montoro mostrou limpidamente que a defesa da propriedade foi garantida pela repressão à maioria das mobilizações dos trabalhadores, impedindo greves, manifestações, prendendo líderes sindicais e entregando-os a PF. Esta foi a ação de polícia democrática de Montoro. A mudança da cúpula diretiva da polícia, produto da pressão da burguesia, ocorreu porque esta estava "paralisada" através do que se costumou chamar "bolsões de resistência". Os delegados, através da greve branca, se negaram a aceitar a orientação dada pelo anterior chefe de polícia, que se chocava com o interesse das camarilhas corruptas da estrutura repressiva. Estas camarilhas, por sinal, têm profundas ligações com a marginalidade. A corrupção da marginalidade encontrou terreno fértil dentro da própria polícia.

A polícia burguesa nada mais é que uma burocracia corrupta, à parte dentro da máquina estatal, com interesses próprios a defender. Algumas vezes estes interesses se chocam com os da burguesia, mas nunca coincidem com os dos trabalhadores. Basta observar quais são as vítimas da ROTA, em sua maioria jovens e trabalhadores.

Como, então, a população explorada poderá se defender? Cabe aos trabalhadores se defenderem tanto dos marginais, como da polícia, como dos grupos para-militares em formação. A criação de comitês de defesa com os membros eleitos nos bairros é um passo importante nesse sentido. Estes comitês discutiriam como proteger o bairro e quais as medidas de segurança que poderiam ser tomadas. A defesa dos interesses dos trabalhadores só pode ser garantida pelos próprios trabalhadores, sem confiança em nenhum órgão da burguesia.



## “O Trabalho” a lógica dos puxa-sacos

Os militantes do jornal *O Trabalho* têm se destacado por características que nada têm a ver com a sua origem trotskista. A primeira é o disfarce sistemático como "independentes do PT", que chega a ser ridículo. A segunda é a utilização sistemática de calúnias e falsificações contra todos os que se lhe opõem, com recursos muito parecidos à histeria mentirosa do jornal *Hora do Povo*.

O disfarce de "independentes", é mais do que uma simples manobra para aproximar militantes do PT, não vinculados às organizações de esquerda. Na verdade, esta corrente está absorvendo a ideologia de um setor do PT, que se utiliza de um discurso anticomunista para atacar as organizações de esquerda. Este setor é constituído pela Igreja e pelos "autonomistas" ou "corrente dos 113", enfim por tendências, que têm posições bem definidas, nada "independentes" e que sistematicamente desvirtuam as discussões políticas com o objetivo de atacar as posições de esquerda, como sendo de grupos "iluminados". Nessa linha de ação, os militantes de *O Trabalho* ficaram reduzidos à inglória condição de puxa-sacos da direção do PT. No entanto, por mais que se esforcem, nem mesmo esta direção confia neles. Seus militantes foram expulsos da "articulação dos 113" para a direção estadual do PT em São Paulo, e da mesma maneira, foram expulsos de uma plenária de independentes (verdadeiros) no Congresso da UNE. Triste fim para puxa-sacos incompetentes.

Mas pior de tudo são os métodos de calúnia e de falsificações promovidos por *O Trabalho*. Para encobrir suas posições oportunistas, esta corrente mente. Basta ver o exemplo de sua atuação na greve do dia 21 de julho e na preparação da greve de 25/10. Suspensa na última hora pela

direção da CUT. O jornal *O Trabalho* esteve contra a greve do dia 21, como é sabido por todos que tenham lido seus jornais da época. Se lançaram contra esta greve argumentando que ela "era dirigida por pelegos", mas curiosamente, fazendo frente com o setor dos pelegos que não a queria. Durante sua realização, seus militantes estavam ausentes, com algumas poucas exceções como na diretoria do Sindicato dos Bancários de SP. Em alguns lugares chegaram mesmo a furar a greve como ocorreu na Universidade de Campinas junto ao seu funcionalismo. Com o êxito evidente da greve, o jornal *O Trabalho* mudou bruscamente de posição, sem fazer nenhuma autocritica e passou a chamar de "mentirosos" aqueles que o criticaram, não hesitando em caluniá-los. No entanto, nenhuma manobra dessa corrente pode ocultar que na principal mobilização dos trabalhadores neste ano, o jornal *O Trabalho* esteve junto com os stalinistas e pelegos, contra a greve geral. E no processo de preparação do dia 25, mais uma vez a calúnia. Houve críticas na base, dirigidas à direção da CUT pela pequena preparação da greve, pelo fato daquela ter reduzido o seu eixo ao rechaço do 2045 e não mantendo programa definido no CONCLAT e também pelo fato de ter, por fim, suspenso a greve. Nós, de ALICERCE, somos parte deste setor crítico e nos orgulhamos disso, assim como nos orgulhamos de ter estado na linha de frente na preparação da greve, junto aos Comandos de Base e Comandos Regionais. Os militantes do jornal *O Trabalho* estiveram na maioria das regiões ausentes da preparação da greve, desde o início, já convencidos de que ela não sairia. Agora, se dedicam a caluniar os que, como nós, criticam a direção da CUT pelo encaminhamento dado à greve. O jornal "O Trabalho", diz que a greve não saiu pela "sabotagem dos pelegos e stalinistas", e que a direção da CUT não teve nenhum erro. Afirma que os que

criticam a direção da CUT ajudam e fortalecem os pelegos. Mais uma vez a lógica dos puxa-sacos. Desde o CONCLAT que marcou a greve já sabíamos que os pelegos e stalinistas iriam sabotá-la. Por isso não estavam no CONCLAT. Todos estamos de acordo em que sabotaram, mas dizer só isso é pouco, serve apenas para encobrir os erros cometidos pela direção da CUT, e preparar outros semelhantes. Deixar tudo por culpa dos pelegos é a mesma coisa que dizer que a greve geral só sairá se os pelegos não a sabotarem, ou seja, se concordarem com ela. Esta é exatamente a posição de um setor stalinista, a *Tribuna da Luta Operária*, que estava contra a greve porque os pelegos não concordam com ela.

O jornal *O Trabalho* só não diz que existe, além dos pelegos e stalinistas, um plano de unidade nacional para o arrocho sendo articulado e que ao suspender a greve, a direção da CUT não só fortaleceu objetivamente este diálogo como também os pelegos. Ou então porque terá o jornal *Voz da Unidade* elogiado a decisão da direção da CUT? (No seu número 176, na matéria "Recuo Positivo"). Como os oportunistas da direção de *O Trabalho* irão explicar esse fato? Ocorre que, como oportunistas, *OT* não vive só do puxa-saquismo e das calúnias. Vive também da falsificação da luta de classes. Senão, como explicar que estavam contra a greve do dia 21 porque nela estavam os pelegos e que agora estiveram contra a greve do dia 25 porque nela não estavam esses mesmos pelegos? Essa corrente que se envergonha de se mostrar como trotskista (e que de fato já não o é) só pode verdadeiramente merecer o desprezo dos trotskistas.



## Eleições UPES e UMES

# Ao lado dos trabalhadores, contra a ditadura e o imperialismo

Na linguagem demagógica e hipócrita dos patrões e do governo, a juventude secundarista é apresentada como a geração que irá, no futuro, governar o Brasil. Dizem que vamos governar, mas quando buscamos nos organizar nas escolas, quando reivindicamos e lutamos pelos nossos objetivos, a resposta que temos são as suspensões, a polícia e até mesmo as expulsões. Por isso, para nós, secundaristas, como para os trabalhadores, só nos resta a saída da organização e da luta. Isso significa, agora, o fortalecimento dos nossos sindicatos.

No dias 9, 10 e 11 de novembro ocorrerão eleições para a UPES e para as UMES de São Paulo, São Carlos, São José e Diadema. É nossa tarefa divulgar aos nossos companheiros essas eleições, levando-os a participar da vida dos nossos sindicatos. Mas devemos, além disso, ter claro em quem votar e por que.

Concorrem para a UPES quatro chapas: **Alicerce da Juventude Socialista, Viração** (simpatizantes do jornal *Tribuna da Luta Operária*), **Oposição** (simpatizantes do jornal *O Trabalho*) e **Avante**. Na UMES-SP, temos **Alicerce, Viração, Oposição, Mão à Obra** (simpatizantes do jornal *Voz da Unidade*) e **Nascente** (simpatizantes do jornal *Em Tempo*).

Apesar dessa divisão, que pode trazer confusão, acreditamos que alguns pontos devem ser observados nas cartas programas como decisivos para uma escolha consciente.

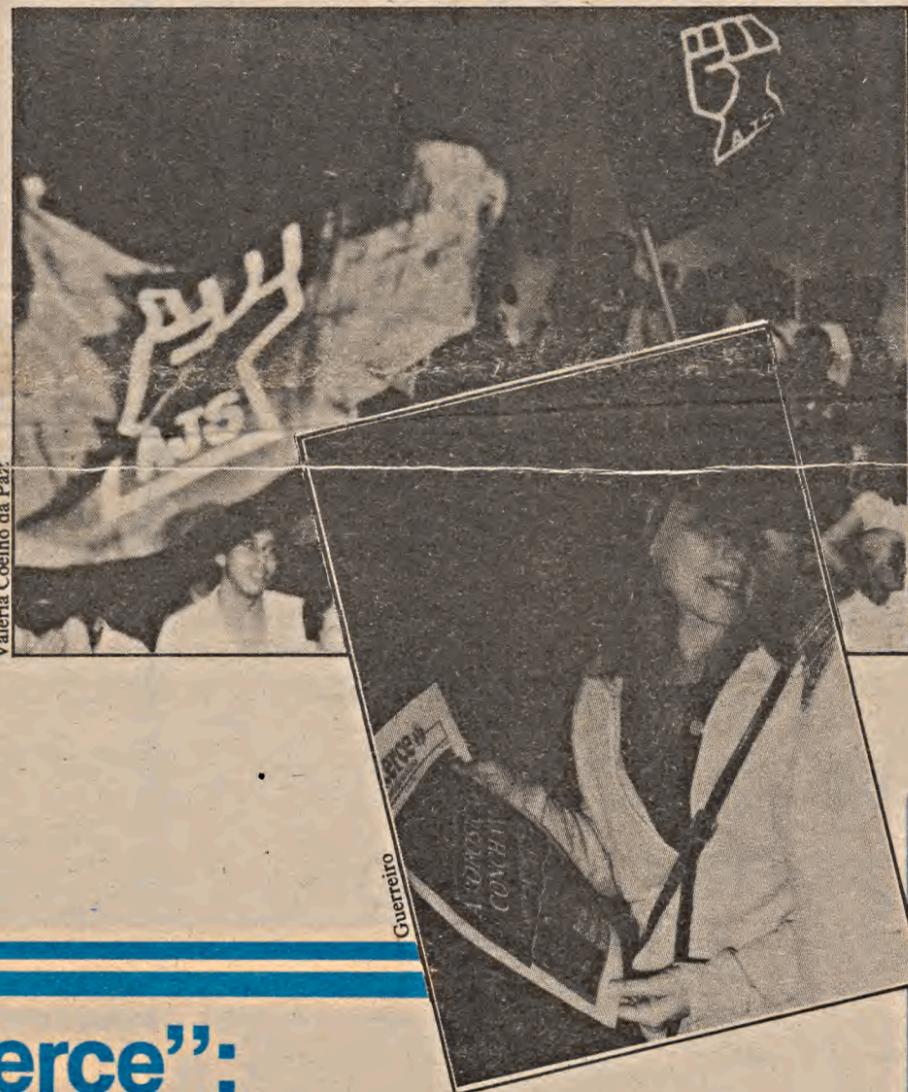
O aspecto fundamental é ver quem se coloca ao lado dos trabalhadores para combater os planos de arrocho, a inflação de 200%; quem se coloca pelo fim da ditadura militar, por eleições livres e diretas para presidente, pelo não pagamento da dívida externa, pelo rompimento com o FMI, que junto com a ditadura nos coloca cada vez mais na miséria. Para **Alicerce**, a resposta a isso é a **aliança operário estudantil, que hoje passa pelo apoio à CUT e pelo seu fortalecimento**.

A Central Única dos Trabalhadores é o único polo aglutinador dos trabalhadores e de suas lutas a nível nacional. Assim, o fortalecimento da CUT é fundamental para podermos derrotar a ditadura. Aqui cabe uma dura crítica às chapas **Oposição, Avante e Nascente** que, defendendo a CUT e a Greve Geral, se recusaram a sair numa única chapa com **Alicerce** para essas eleições. A criação de um bloco unitário em torno à CUT e à Greve Geral representa o fortalecimento dos estudantes no combate àqueles que, como **Viração** e

**Mãos à Obra**, defendem a conciliação com os patrões e com os partidos e governos de oposição, que se associam à ditadura na aplicação dos planos de arrocho e fome e que, através de propostas como moratória, defendem que reconheçamos e paguemos a dívida externa ao imperialismo.

Para que possamos lutar por todas as nossas reivindicações específicas (mais verbas para a educação, pela melhoria do nível de ensino, pela federalização das escolas pagas falidas e implantação do ensino público e gratuito para todos) é necessário **o não pagamento da dívida externa** criada pelos generais. Qualquer proposta de pagamento significa manter o arrocho, o avanço do ensino pago, a proliferação das favelas, já que os bilhões de dólares que irão para os cofres dos banqueiros imperialistas são recursos retirados à satisfação de todas as nossas necessidades básicas. A luta pelo não pagamento da dívida e pela expulsão do FMI é uma tarefa anti-imperialista. Essa tarefa aponta para a solidariedade ao combate de todos os povos explorados

contra esse mesmo imperialismo. **Por isso os secundaristas devem se somar à luta pelo fim da covarde invasão ianque a Granada.** Essa invasão visa sufocar em sangue a revolução granadina agora e restabelecer uma base sólida para o esmagamento das revoluções cubana e nicaraguense amanhã. A invasão de Granada é uma séria ameaça aos trabalhadores em todo o mundo. Levantar a bandeira contra a intervenção imperialista na pequena ilha do Caribe é a principal campanha internacionalista que devemos desenvolver neste momento. A posição deve ser clara: **fora os imperialistas de Granada!** Com base nestes pontos acreditamos que os companheiros possam encontrar a melhor chapa para a diretoria dos nossos sindicatos. Acreditamos também que **Alicerce** é a única que responde integral e conseqüentemente a estas questões. Aos companheiros que concordam com **Alicerce**, propomos que se organizem em suas escolas comitês de apoio à chapa e pelo encaminhamento das lutas contidas no programa.



Valéria Coelho da Paz

Guerreiro

## “Alicerce”: Um piquete por semana.

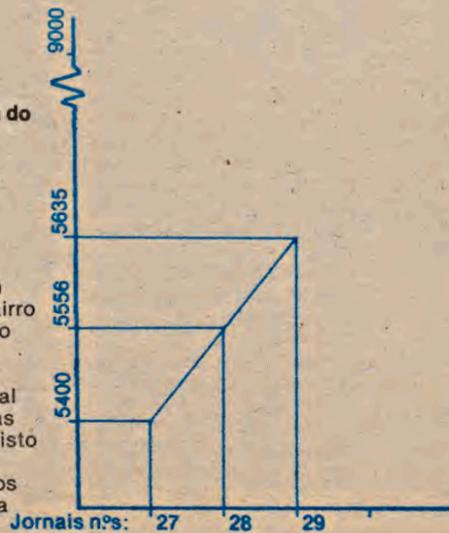
A luta dos trabalhadores cresce dia a dia em nosso país e centenas de novos ativistas que surgem buscam uma alternativa política. “Alicerce da Juventude Socialista” realizou uma campanha vitoriosa que tinha por objetivo organizar nossos leitores em núcleos em que pudessem discutir amplamente nosso jornal e colaborar para sua divulgação. Esta campanha permitiu que mais de mil companheiros discutissem regularmente o jornal e que cerca de 5500 leitores recebessem e discutissem seu exemplar toda semana.

Agora “Alicerce” promove outra campanha: queremos nos apresentar a todos os trabalhadores e estudantes mais combativos que estão surgindo, principalmente a partir da greve do dia 21 de julho e da fundação da CUT. Por isto lançamos esta proposta a todas as sedes de Alicerce: chegar a 9.000 jornais semanais em

dezembro. Para alcançar este objetivo é fundamental realizar um **piquete de venda do jornal por semana**. Além disto com os piquetes temos outro objetivo: tornar o “Alicerce” conhecido na região, com uma presença pública.

Conseguindo estes dois objetivos estaremos estendendo as idéias do socialismo em uma fábrica, escola, ou em um centro de grande movimento de um bairro operário. Por isto é muito importante que o piquete conte com muitos companheiros, sendo que alguns que possam agitar bastante as principais manchetes do jornal ou as palavras de ordem ligadas aos temas dos artigos. Cada piquete pode ter além disto uma faixa que nos identifique.

Esta é uma tarefa essencial se queremos abrir 25 sedes novas e ampliar a influência das sedes atuais.



Congresso da UMES de Belo Horizonte...

## Pela CUT, mas não pela aliança operário estudantil

Que **Viração** tente impugnar delegados em congressos estudantis, já é praxe... Mas no congresso da UMES de Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 de outubro, os simpatizantes do jornal *O Trabalho* apoiaram a impugnação de 40 companheiros de **Alicerce**, sob a absurda alegação de que, *apesar de legitimamente eleitos, eles não estavam munidos de suas carteirinhas escolares!* Com isso, impediram que esses delegados, regularmente eleitos (segundo eles mesmos declararam) pudessem participar, representando os estudantes que os escolheram.

Apesar desse ataque à democracia do movimento, o congresso, por iniciativa de **Alicerce** e com o apoio dos delegados de **Alternativa**, conseguiu municiar os secundaristas de BH com um programa de combate e ao lado dos trabalhadores, com destaque para o apoio à CUT e à indicação para que a diretoria da CUT marque nova data para a greve geral, ainda este ano. (Os delegados de **Viração** se abstiveram nesse último ponto; os do *Trabalho* votaram contra...)

No plano de lutas, votou-se o congelamento das anuidades, estatização das escolas pagas falidas e, o mais importante, apoio à luta dos professores de Minas contra os aviltantes índices de reajuste concedidos pelo governador Tancredo Neves.

Ai os simpatizantes do *Trabalho* se aliaram a **Viração** contra a proposta de **Alicerce** de que fosse incluído um ponto sobre a aliança operário-estudantil contra a ditadura e o imperialismo. Os simpatizantes do *Trabalho* argumentaram que não estava claro a “que objetivos” visava essa proposta!

Por fim, através de uma série de manobras, que culminaram com a união de *O Trabalho* e **Viração**, aprovou-se a escolha da nova diretoria em congresso a ser realizado em abril, enquanto a proposta de **Alicerce** era de eleições diretas nessa época.

Duque de Caxias:

## Mais uma sede socialista

No último dia 24 foi inaugurada outra sede de Alicerce, em Duque de Caxias, cidade operária da Baixada Fluminense. Na Mesa do Ato, dois companheiros socialistas que representam bem a vanguarda dos trabalhadores fluminenses que lutam pela construção da CUT e contra a pelegada: Florinda, candidata a presidente, pela chapa de oposição, ao Centro Estadual dos Professores do Estado do Rio, e Josuá, membro da chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Além disso também estavam na mesa José Welmovicki e Rose, representantes de Alicerce.

Durante o ato os oradores falaram principalmente sobre a unidade da revolução no Cone Sul da América Latina e sobre a necessidade da greve geral em nosso país, criticando a suspensão da greve do dia 25/10 pela direção da CUT. Ao final se cantou uma música composta por um companheiro do núcleo de leitores do Bairro Centenário, saudando o internacionalismo revolucionário.